



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

20 de março de 2019

Ata da Vigésima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antônio Andrade, secretariado pelas Senhoras Deputadas Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e Vanda Monteiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Ricardo Ayres e Zé Roberto Lula. Após a leitura



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 11/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem carro reserva similar ao do cliente, quando em razão de vício de fabricação do produto, o automóvel não puder ser utilizado pelo consumidor por prazo superior a quinze dias, por falta de peças originais ou qualquer outra impossibilidade de realização do serviço”; Projeto de Lei número 13/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre adesivagem obrigatória de mensagem socioeducativa “Se beber não dirija” em veículos táxis, nos pontos de táxis e carros utilizados pelas prestadoras de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 15/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Dança Sobras do Hip Hop”; Projeto de Lei número 21/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais da rede Pública do Estado do Tocantins a fixarem em local visível, a listagem dos médicos plantonistas e dos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

responsável pelo plantão e dá outras providências”; Ofício de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 14 de março do corrente ano, por encontrar-se em atendimento em seu gabinete; Ofício de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 13, 20, 21 e 28 de fevereiro do corrente ano, por encontrar-se em atividades fora de Palmas; Ofício de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 14 de março do corrente ano, por participar da Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na Câmara Municipal de Palmas; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 20 de março do corrente ano, por encontrar-se em atividade fora de Palmas. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 97/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 66/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 68/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 493 a 504. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em turno único de discussão e votação, os



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Recursos ao Plenário referente aos Processos números: 304/2016, de autoria do Senhor Deputado Júnior Evangelista, que “requer ao Plenário contra a Rejeição do Projeto de Lei número 313/2016, que “dispõe sobre a expedição da Carteira de Identidade da Pessoa com Deficiência no Estado do Tocantins, para fins de comprovação da deficiência na aquisição de benefícios concedidos pelo Estado e seus municípios, e dá outras providências”, proferida na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, para aprovar o Projeto de Lei apresentado; e 276/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayes, que “propõe nos termos do Regimento Interno, Recursos ao Plenário da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei número 152/2017, que “dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção e Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina – LVC no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; o quais votados, foram aprovados e encaminhados à tramitação normal. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Leis números: 17/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Mansinha e região (Aspruma), localizada no município de Santa Terezinha do Tocantins-TO”, que deu origem ao Processo número 24/2019; 85/2018, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“obriga estabelecimentos comerciais a devolverem o troco integral do consumidor, e em espécie, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 128/2018; 145/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins, em relação ao atendimento dos consumidores e toma outras providências”, que origem ao Processo número 263/20117; 156/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”, que deu origem ao Processo número 230/2017; 185/2017, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “o Plenário do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, receba a denominação de Cesário Barbosa Bonfim”, que deu origem ao Processo número 330/2017; 191/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na rede estadual de saúde”, que deu origem ao Processo número 257/2017; 220/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “institui o sistema de cotas para negros, índios, alunos oriundos da rede pública de ensino e pessoas com deficiências para ingressos nas universidades públicas e demais instituições de ensino superior, mantidas pelo Estado do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Tocantins”, que deu origem ao Processo número 302/2017; 227/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “institui a política estadual de agroecologia e produção orgânica, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 308/2017; 230/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários pra receber gratuitamente a imunização, contra o vírus influenza A (H1N1) na rede pública de saúde do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 324/2017; 236/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Tereza, no município de Ponte Alta do Tocantins”; que deu origem ao Processo número 342/2017; 238/2016, de autoria do Senhor Deputado Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos às mulheres que tenham participado nos últimos dois anos de programa de aleitamento materno”, que deu origem ao Processo número 139/2016; 240/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “revoga a Lei Estadual número 3.227/17, denominando os nomes dos Campus da Unitins na cidade de Palmas de Campus Administrativos Professor Rui Rodrigues da Silva e o Campus Graciosa Professora Elizângela Glória



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Cardoso”, que deu origem ao Processo número 338/2017; e o Projeto de Decreto Legislativo número 51/2016, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova Balanço Geral do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2012”, que deu origem ao Processo número 305/2015; os quais votados, foram aprovados e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 474, 475, 476, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 463, 464, 465, 466, 469, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485 e 493, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Ivory de Lira. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e cinquenta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário